PREVALÊNCIA DO USO DE ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS E DA PÍLULA DO DIA SEGUINTE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Prevalence of Hormonal Contraceptive and Morning-After Pill Use: A Literature Review

Prevalencia del uso de anticonceptivos hormonales y de la píldora del día después: una revisión de la literatura

Aline Junges
Graduanda em Saúde, Universidade Paranaense (UNIPAR). Cascavel, Paraná, Brasil.
E-mail: alinejunges2004@gmail.com

Carla Gabriela Benedetti Chuquele
Graduada em Saúde, Universidade Paranaense (UNIPAR). Cascavel, Paraná, Brasil.
E-mail: gabrielabenedetti1003@gmail.com

Rhaysa Akemi Takeda Santos
Mestra em Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel, Paraná, Brasil.
E-mail: rhaysa.santos@prof.unipar.br

RESUMO: A utilização de anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência é um aspecto importante da saúde sexual e reprodutiva feminina, especialmente diante das diferenças de acesso e dos fatores associados à escolha desses métodos. O presente estudo teve como objetivo analisar as evidências científicas sobre a prevalência do uso de anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência entre mulheres em idade reprodutiva, considerando os fatores associados à sua utilização. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir de pesquisas nas bases de dados SciELO, LILACS, BDENF e MEDLINE, com seleção de nove artigos científicos publicados nos últimos dez anos. Os resultados identificaram maior frequência de utilização dos anticoncepcionais orais em comparação aos injetáveis, com prevalências de 28,2% e 4,5%, respectivamente, em estudo de abrangência nacional. Em relação à contracepção de emergência, os estudos apontaram frequências de utilização alguma vez na vida de 52,9% entre universitárias e 56,7% entre mulheres atendidas na atenção básica. Entre os fatores associados ao uso dos métodos, destacaram-se características sociodemográficas, atividade remunerada, orientação sexual e condições de acesso. Também foram identificadas diferenças regionais na utilização dos anticoncepcionais

orais e participação expressiva das farmácias privadas na obtenção dos métodos. Conclui-se que a utilização dos contraceptivos apresenta particularidades conforme o perfil das mulheres e o contexto investigado, o que reforça a importância de estudos epidemiológicos que considerem as desigualdades de acesso e os fatores associados às práticas contraceptivas.
PALAVRAS-CHAVE: Anticoncepcionais hormonais; Anticoncepção de emergência; Mulheres; Prevalência; Saúde reprodutiva.

ABSTRACT: The use of hormonal contraceptives and emergency contraception is an important aspect of women's sexual and reproductive health, particularly in view of differences in access and factors associated with contraceptive choice. The objective of this study was to analyze scientific evidence on the prevalence of hormonal contraceptive and emergency contraception use among women of reproductive age, considering the factors associated with their use. This narrative literature review was conducted through searches of the SciELO, LILACS, BDENF, and MEDLINE databases, resulting in the selection of nine scientific articles published within the last ten years. The findings indicated a higher frequency of oral contraceptive use compared with injectable contraceptives, with prevalence rates of 28.2% and 4.5%, respectively, in a nationwide study. Regarding emergency contraception, lifetime use was reported by 52.9% of university students and 56.7% of women receiving primary healthcare services. Factors associated with contraceptive use included sociodemographic characteristics, employment status, sexual orientation, and access conditions. Regional differences in oral contraceptive use and substantial reliance on private pharmacies for obtaining contraceptives were also identified. It is concluded that contraceptive use varies according to women's characteristics and the contexts investigated, highlighting the importance of epidemiological studies addressing inequalities in access and factors associated with contraceptive practices.
KEYWORDS: Hormonal contraceptives; Emergency contraception; Women; Prevalence; Reproductive health.

RESUMEN: El uso de anticonceptivos hormonales y de la anticoncepción de emergencia constituye un aspecto importante de la salud sexual y reproductiva de las mujeres, especialmente ante las diferencias de acceso y los factores asociados con la elección de estos métodos. El presente estudio tuvo como objetivo analizar las evidencias científicas sobre la prevalencia del uso de anticonceptivos hormonales y de la anticoncepción de emergencia entre mujeres en edad reproductiva, considerando los factores asociados con su utilización. Se trata de una revisión narrativa de la literatura, realizada mediante búsquedas en las bases de datos SciELO, LILACS, BDENF y MEDLINE, con la selección de nueve artículos científicos publicados en los últimos diez años. Los resultados identificaron una mayor frecuencia de utilización de anticonceptivos orales en comparación con los inyectables, con prevalencias del 28,2% y del 4,5%, respectivamente, en un estudio de alcance nacional. En relación con la anticoncepción de emergencia, los estudios señalaron frecuencias de uso alguna vez en la vida del 52,9% entre estudiantes universitarias y del 56,7% entre mujeres atendidas en servicios de atención primaria. Entre los factores asociados con la utilización de los

métodos se destacaron las características sociodemográficas, la actividad remunerada, la orientación sexual y las condiciones de acceso. También se identificaron diferencias regionales en el uso de anticonceptivos orales y una participación considerable de las farmacias privadas en la obtención de estos métodos. Se concluye que la utilización de anticonceptivos presenta particularidades según las características de las mujeres y el contexto investigado, lo que refuerza la importancia de estudios epidemiológicos que consideren las desigualdades de acceso y los factores asociados con las prácticas anticonceptivas.
PALABRAS CLAVE: Anticonceptivos hormonales; Anticoncepción de emergencia; Mujeres; Prevalencia; Salud reproductiva.

1. INTRODUÇÃO

A saúde sexual e reprodutiva compreende o acesso a informações, serviços e métodos que permitam às mulheres exercer autonomia sobre suas decisões reprodutivas. Nesse contexto, a contracepção constitui um componente da assistência à saúde, pois possibilita o planejamento das gestações e a escolha de métodos compatíveis com as necessidades e condições clínicas de cada mulher. Segundo dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2021, aproximadamente 1,1 bilhão de mulheres em idade reprodutiva, entre 15 e 49 anos, apresentavam necessidade de planejamento reprodutivo em todo o mundo. Desse total, 874 milhões utilizavam métodos contraceptivos modernos, enquanto 164 milhões apresentavam necessidades contraceptivas não atendidas, o que demonstra a permanência de dificuldades relacionadas ao acesso e à utilização desses recursos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2025).

Entre as opções disponíveis, os anticoncepcionais hormonais compreendem métodos que utilizam estrogênios, progestagênios ou a combinação desses hormônios para prevenir a gravidez. Podem ser administrados por diferentes vias, como a oral, injetável, transdérmica, vaginal e subdérmica, além dos sistemas intrauterinos liberadores de hormônios. A escolha entre essas alternativas exige considerar a eficácia contraceptiva, a frequência de administração, as condições clínicas e as preferências da usuária. A diversidade de apresentações permite diferentes possibilidades de utilização, embora a adequação de cada método dependa de critérios individuais de elegibilidade e de orientações específicas para seu uso (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2025).

A utilização de anticoncepcionais hormonais envolve aspectos relacionados à continuidade do método, à tolerabilidade e à ocorrência de efeitos adversos. As preocupações com possíveis alterações clínicas, o receio de reações indesejadas e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde podem influenciar tanto a escolha do método quanto a manutenção de seu uso. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2025), fatores como o temor dos efeitos colaterais, a falta de informações adequadas, a disponibilidade limitada de determinados

métodos e as desigualdades socioeconômicas podem dificultar o acesso à contracepção. Nesse contexto, torna-se relevante investigar os padrões de utilização dos contraceptivos hormonais em diferentes grupos populacionais, considerando as condições de acesso à informação e aos serviços de saúde, bem como os fatores individuais e sociais que influenciam as decisões das mulheres sobre sua saúde sexual e reprodutiva (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2025).

Além dos métodos utilizados regularmente, a contracepção de emergência, popularmente conhecida como pílula do dia seguinte, constitui uma alternativa para prevenir a gravidez após relações sexuais desprotegidas, falhas contraceptivas ou situações de violência sexual. Entre as formulações utilizadas estão aquelas que contêm levonorgestrel e acetato de ulipristal, cuja ação ocorre principalmente pela inibição ou pelo atraso da ovulação. Sua efetividade depende de fatores como o intervalo entre a relação sexual e a administração do medicamento, sendo recomendada sua utilização o mais precocemente possível, dentro do período indicado para cada formulação. Diferentemente dos métodos hormonais regulares, a contracepção de emergência é utilizada após uma situação de exposição ao risco de gravidez e não interrompe uma gestação já estabelecida (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

A utilização da contracepção de emergência requer atenção às circunstâncias que motivam sua procura e ao conhecimento das mulheres sobre as possibilidades de prevenção da gravidez. O uso repetido da pílula do dia seguinte não representa, isoladamente, uma prática inadequada ou um risco conhecido à fertilidade futura. Entretanto, a ocorrência de irregularidades menstruais e a menor adequação desse recurso como estratégia contraceptiva habitual justificam a oferta de orientações sobre outras alternativas disponíveis. Nesse sentido, a assistência profissional deve considerar as necessidades individuais, sem estabelecer julgamentos sobre a frequência de utilização, e favorecer decisões informadas sobre a continuidade da proteção contraceptiva (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

A análise da prevalência de utilização desses métodos exige distinguir o uso atual, o uso anterior e a utilização em períodos específicos, uma vez que esses indicadores representam situações diferentes. Também é necessário considerar as

características das populações investigadas e as condições de acesso aos serviços de planejamento reprodutivo. A Organização Mundial da Saúde reconhece que fatores como renda, idade, disponibilidade dos métodos e qualidade da assistência interferem no acesso à contracepção. Dessa forma, os percentuais identificados em pesquisas realizadas com diferentes grupos de mulheres precisam ser interpretados conforme o contexto e os critérios utilizados em cada investigação (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2025).

No campo da Biomedicina, o estudo da utilização dos anticoncepcionais hormonais relaciona-se à compreensão dos mecanismos de ação dessas substâncias, de seus efeitos sobre o organismo e das condições clínicas que interferem na segurança do uso. As recomendações de Nguyen *et al*. (2024) estabelecem critérios de elegibilidade para diferentes métodos, considerando situações como hipertensão arterial, histórico de tromboembolismo, tabagismo e outras condições que exigem atenção na utilização de determinadas formulações hormonais. Curtis *et al*. (2024), por sua vez, destacam a importância da eficácia, dos efeitos adversos, da acessibilidade e das preferências individuais na escolha contraceptiva. Sob essa perspectiva, a investigação epidemiológica da utilização desses medicamentos contribui para caracterizar os padrões de consumo e identificar fatores relacionados à saúde reprodutiva feminina (NGUYEN *et al*., 2024; CURTIS *et al*., 2024).

Diante dessas questões, justifica-se a realização de uma revisão narrativa da literatura que reúna e examine as evidências científicas sobre a utilização dos anticoncepcionais hormonais e da pílula do dia seguinte entre mulheres em idade reprodutiva. A investigação dos percentuais de uso e dos fatores associados permitirá identificar diferenças entre as populações estudadas, além de reconhecer aspectos relacionados ao acesso, ao conhecimento e às práticas contraceptivas descritas na literatura. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as evidências científicas sobre a prevalência do uso de anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência entre mulheres em idade reprodutiva, considerando os fatores associados à sua utilização.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, cujo objetivo consistiu em analisar as evidências científicas acerca da prevalência do uso de anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência entre mulheres em idade reprodutiva. Essa modalidade de revisão foi selecionada por possibilitar a análise crítica e a discussão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, contemplando as frequências de utilização dos métodos contraceptivos e os fatores individuais, sociais e assistenciais associados às práticas contraceptivas. A abordagem adotada permitiu reunir diferentes perspectivas sobre o fenômeno investigado, considerando tanto os padrões de

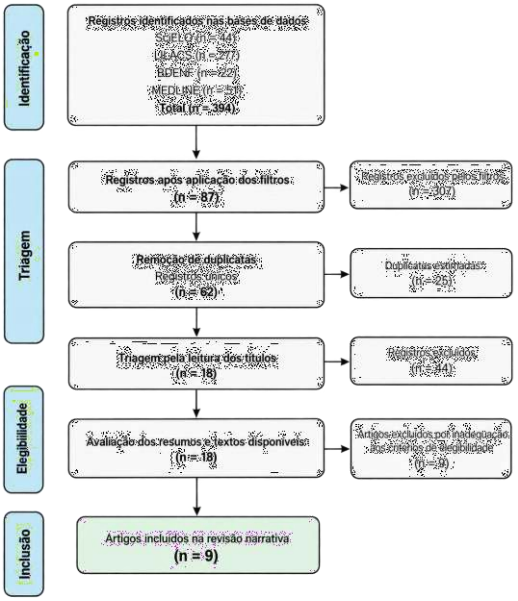
utilização quanto as circunstâncias que podem influenciar a escolha e a continuidade do uso dos métodos contraceptivos.

A elaboração deste estudo foi orientada pela busca de evidências científicas sobre a prevalência do uso de anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência entre mulheres em idade reprodutiva, considerando os fatores associados à sua utilização. Para isso, realizou-se uma revisão narrativa da literatura, com a finalidade de reunir e analisar os resultados de estudos sobre o tema, contribuindo para a compreensão dos padrões de utilização desses métodos contraceptivos.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), com acesso às bases pertinentes por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a identificação das publicações, foram empregados os termos de busca “Anticoncepcionais Hormonais”, “Anticoncepcionais Orais”, “Anticoncepção de Emergência”, “Prevalência” e “Mulheres”, relacionados aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, com estratégias de busca adaptadas às características de cada base de dados consultada.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2016 e 2026, disponíveis integralmente em língua portuguesa, que abordassem a prevalência, a frequênci a ou os fatores associados à utilização de anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência entre mulheres em idade reprodutiva. Foram considerados estudos originais de diferentes delineamentos metodológicos. Como critérios de exclusão, foram definidos artigos duplicados, publicações em outros idiomas, estudos fora do recorte temporal, revisões da literatura, editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos, dissertações, teses e pesquisas que não respondessem aos objetivos propostos. A Figura 1 apresenta o fluxograma de artigos que foram selecionados para o estudo.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2026).

A seleção das publicações foi organizada em duas etapas. Inicialmente, foram analisados os títulos e resumos dos artigos identificados nas buscas, a fim de verificar sua adequação aos critérios de elegibilidade. Posteriormente, os estudos considerados pertinentes foram submetidos à leitura integral. Para a organização das informações, foram considerados os seguintes dados: autores, ano de publicação, objetivo, delineamento metodológico, população investigada, local de realização, métodos contraceptivos avaliados, indicadores de prevalência e principais fatores associados à utilização. Também foram observadas as características das amostras e os períodos de referência dos indicadores apresentados.

Por se tratar de uma pesquisa fundamentada exclusivamente em publicações científicas, sem coleta direta de dados com participantes ou acesso a informações individuais identificáveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o artigo 1º, parágrafo único, inciso VI, da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados SciELO, LILACS, BDENF e MEDLINE identificou inicialmente 394 registros. Após a aplicação dos filtros estabelecidos, permaneceram 87 publicações, das quais 25 foram identificadas preliminarmente como duplicadas. A leitura dos títulos resultou na seleção de 18 artigos para avaliação, sendo nove excluídos por

não atenderem aos critérios de elegibilidade. Dessa forma, nove estudos compuseram a amostra da presente revisão narrativa, conforme apresentado na Figura 1. A amostra foi constituída por pesquisas publicadas entre 2016 e 2022, com diferentes delineamentos quantitativos e populações investigadas. Os estudos contemplaram mulheres atendidas em serviços de saúde, universitárias, profissionais do sexo e participantes de inquéritos populacionais. Essa diversidade permitiu identificar diferentes frequências de utilização dos métodos contraceptivos, embora as características das amostras e os períodos de referência adotados pelos pesquisadores limitem a comparação direta dos percentuais encontrados.

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos nove artigos selecionados, com informações sobre os autores, os objetivos, os procedimentos metodológicos e os principais resultados relacionados à utilização dos anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência.

Tabela 1. Caracterização dos estudos incluídos na revisão narrativa.

Autor/ano	**Objetivo do estudo**	**Metodologia e amostra**	**Principais resultados**
Farias *et al.* (2016)	Analisar a prevalência do uso atual de contraceptivos orais e injetáveis por mulheres brasileiras, segundo variáveis demográficas, socioeconômicas e aspectos relacionados ao acesso a esses medicamentos.	Estudo transversal de abrangência nacional, com dados da PNAUM.	Prevalência de 28,2% para anticoncepcionais orais e 4,5% para injetáveis.
Corrêa *et al.* (2017)	Estimar a prevalência de contraindicação ao uso de anticoncepcionais orais e os fatores associados em mulheres brasileiras	Estudo transversal com 20.454 mulheres de 15 a 49 anos, utilizando dados do Vigitel.	Prevalência estimada de uso oral de 23,2%; uso contraindicado em 11,7% das usuárias.

Gonçalves *et al*. (2019)	Descrever os métodos contraceptivos utilizados e fatores demográficos e socioeconômicos associados em mulheres adultas.	Estudo transversal com 736 mulheres de 20 a 49 anos, em São Leopoldo (RS).	Uso de anticoncepcionais orais de 31,8%, com diferenças segundo características sociodemográficas.
Couto *et al*. (2019)	Analisar a correlação dos marcadores de vulnerabilidade social com o uso de anticoncepcionais hormonais.	Estudo quantitativo e transversal com 69 profissionais do sexo, na Bahia.	Uso hormonal de 66,66%, com correlações entre utilização e marcadores sociais.
Silva, Cavalcanti e Nascimento (2020)	Apreender o conhecimento e o uso de métodos anticoncepcionais entre mulheres em idade fértil	Estudo transversal e descritivo com 189 mulheres de 18 a 49 anos, no Rio Grande do Norte.	Uso oral de 34,4% e injetável de 5,8%; orientação profissional e praticidade foram mencionadas na escolha dos métodos.
Barbian *et al*. (2021)	Investigar a prevalência de uso e o conhecimento sobre anticoncepção de emergência (AE) de mulheres universitárias de duas instituições de ensino superior.	Estudo transversal com 1.740 universitárias, em Santa Maria (RS).	52,9% relataram utilização da contracepção de emergência alguma vez na vida.
Borges *et al*. (2021)	Analisar o uso da anticoncepção de emergência e os aspectos associados, bem como o uso de métodos contraceptivos antes e após.	Estudo quantitativo com 2.051 mulheres atendidas em UBS de três capitais brasileiras.	56,7% relataram uso da contracepção de emergência alguma vez na vida, com associações sociodemográficas e relacionais.
Santos, Rohweder e Takenami (2021)	Avaliar o perfil e os fatores associados ao uso de anticoncepcionais orais combinados em regimes de pausa (intermitente) ou estendido (contínuo) em mulheres férteis atendidas em um centro de planejamento familiar.	Estudo transversal com 210 mulheres atendidas em centro de planejamento familiar, em Salvador (BA).	32,8% utilizavam anticoncepcionais orais combinados; associação com atividade remunerada.

Souza *et al.* (2022)	Identificar o consumo de anticoncepcionais hormonais e fatores associados entre estudantes universitários.	Estudo quantitativo com 2.221 estudantes universitárias, em Londrina (PR).	Prevalência de utilização de anticoncepcionais hormonais de 13,0%, com associação à orientação sexual relatada.

Fonte: elaboração própria, com base nos estudos selecionados (2026).

Os resultados reunidos na Tabela 1 apresentam diferenças nas frequências de utilização dos anticoncepcionais hormonais conforme a população e o contexto investigado. Entre os estudos que avaliaram o uso de contraceptivos orais, os percentuais variaram de 23,2%, na pesquisa de Corrêa *et al*. (2017), a 34,4%, no estudo de Silva, Cavalcanti e Nascimento (2020). Entretanto, os resultados não representam estimativas equivalentes, pois Corrêa *et al*. (2017) utilizaram dados de um inquérito populacional, enquanto Silva, Cavalcanti e Nascimento (2020) investigaram exclusivamente mulheres que já utilizavam algum método contraceptivo.

Em relação à contracepção de emergência, Barbian *et al*. (2021) identificaram uma frequência de utilização de 52,9% entre universitárias, enquanto Borges *et al*. (2021) encontraram 56,7% entre mulheres atendidas em unidades básicas de saúde. Ambos os percentuais correspondem à utilização do método alguma vez na vida, o que permite discutir experiências anteriores de uso, mas não a frequência de utilização recente ou habitual. A interpretação desses resultados exige considerar as diferenças entre as populações investigadas e os critérios de mensuração adotados em cada pesquisa.

A utilização dos anticoncepcionais hormonais apresentou diferenças quanto ao tipo de método e à população investigada. Na pesquisa nacional de Farias *et al*. (2016), a prevalência de uso de anticoncepcionais orais foi de 28,2%, enquanto os injetáveis corresponderam a 4,5%. Em Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, Silva, Cavalcanti e Nascimento (2020) identificaram percentuais de 34,4% para os orais e 5,8% para os injetáveis. Os resultados demonstram maior participação das formulações orais nos dois estudos, embora a pesquisa de Pau dos Ferros tenha incluído somente mulheres que já utilizavam algum método contraceptivo (FARIAS *et al*., 2016; SILVA; CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2020).

As diferenças regionais foram identificadas por Farias *et al*. (2016), que encontraram prevalência de uso de anticoncepcionais orais de 37,5% na Região Sul e

15,7% na Região Norte. Em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Gonçalves *et al*. (2019) verificaram que 31,8% das participantes utilizavam contraceptivos orais. Os resultados confirmam a presença expressiva desse método nas duas pesquisas realizadas com populações do Sul do Brasil, mas não permitem atribuir as diferenças regionais exclusivamente às condições socioeconômicas, uma vez que outros aspectos relacionados à composição das amostras e ao acesso aos serviços também precisam ser considerados (FARIAS *et al*., 2016; GONÇALVES *et al*., 2019).

As condições socioeconômicas também apareceram relacionadas à utilização dos contraceptivos. Gonçalves *et al*. (2019) identificaram desigualdades no uso dos métodos conforme características sociais e demográficas das participantes. Santos, Rohweder e Takenami (2021), em pesquisa com 210 mulheres atendidas em um centro de planejamento familiar de Salvador, verificaram que 32,8% utilizavam anticoncepcionais orais combinados, com maior chance de uso entre aquelas que exerciam atividade remunerada (OR = 1,89). Embora os estudos tenham investigado populações diferentes, ambos apontam a importância das condições sociais na análise da utilização dos contraceptivos (GONÇALVES *et al*., 2019; SANTOS; ROHWEDER; TAKENAMI, 2021).

O acesso aos métodos constitui outro aspecto identificado nas pesquisas. Farias *et al*. (2016) verificaram que 78,1% das usuárias de anticoncepcionais orais e 58,0% das usuárias de injetáveis pagaram diretamente pelos medicamentos. Silva, Cavalcanti e Nascimento (2020) também observaram participação expressiva do setor privado, uma vez que 65,5% das mulheres que informaram o local de obtenção do contraceptivo recorreram às farmácias privadas. Esses resultados demonstram que a aquisição particular representou uma importante forma de acesso aos anticoncepcionais nas populações investigadas, apesar da oferta de métodos contraceptivos na rede pública de saúde (FARIAS *et al*., 2016; SILVA; CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2020).

Entre grupos populacionais específicos, Couto *et al*. (2019) identificaram utilização de anticoncepcionais hormonais por 66,66% das 69 profissionais do sexo investigadas em Guanambi, na Bahia. Os autores encontraram correlações entre o uso desses métodos e características como escolaridade, cor autodeclarada, religião e utilização de preservativos. Em contrapartida, Souza *et al*. (2022) identificaram prevalência de 13,0% entre 2.221 universitárias, com associação à orientação sexual relatada.

A diferença entre os percentuais deve ser interpretada considerando os grupos estudados e os indicadores utilizados, sem estabelecer uma relação direta entre ocupação, escolaridade universitária e maior ou menor consumo hormonal (COUTO *et al*., 2019; SOUZA *et al*., 2022).

A escolha e a continuidade da utilização dos contraceptivos também foram abordadas

por Silva, Cavalcanti e Nascimento (2020). Entre as participantes que relataram mudança de método, 46,6% mencionaram os efeitos colaterais como motivo, enquanto 55,6% apontaram a orientação profissional como principal razão para a escolha de um novo anticoncepcional. Esses resultados mostram que a utilização dos contraceptivos envolve decisões relacionadas à experiência com o método e às informações recebidas, aspectos que devem ser diferenciados dos fatores estatisticamente associados à prevalência de uso (SILVA; CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2020).

Além da frequência de utilização, Corrêa *et al.* (2017) investigaram a presença de contraindicações entre usuárias de anticoncepcionais orais. Com base em dados do Vigitel, os autores identificaram prevalência estimada de uso de 23,2%, sendo que 11,7% das usuárias apresentavam pelo menos uma condição considerada contraindicação. A hipertensão arterial foi a mais frequente, identificada em 9,1% das usuárias. Na análise ajustada, a presença de contraindicações esteve associada à menor escolaridade e à idade igual ou superior a 35 anos. Esses fatores, entretanto, referem-se ao uso contraindicado, e não à maior probabilidade de utilização do anticoncepcional (CORRÊA *et al.*, 2017).

Os resultados evidenciam que a prevalência do uso de anticoncepcionais hormonais deve ser analisada em conjunto com as características das mulheres e as condições de acesso aos métodos. As diferenças regionais identificadas por Farias *et al.* (2016), as desigualdades sociais investigadas por Gonçalves *et al.* (2019) e a associação entre atividade remunerada e uso de anticoncepcionais orais combinados observada por Santos, Rohweder e Takenami (2021) demonstram que o consumo contraceptivo apresenta particularidades conforme o contexto investigado. Para a Biomedicina, esses achados oferecem subsídios epidemiológicos para caracterizar padrões de utilização, identificar grupos populacionais com diferentes perfis de consumo e orientar investigações sobre saúde sexual e reprodutiva (FARIAS *et al.*, 2016; GONÇALVES *et al.*, 2019; SANTOS; ROHWEDER; TAKENAMI, 2021).

Especialmente em estudos que trataram sobre a utilização de métodos contraceptivos entre estudantes universitárias, foram identificadas diferenças na frequência de uso dos anticoncepcionais hormonais e da contracepção de emergência.

Souza *et al*. (2022), em pesquisa com 2.221 universitárias de Londrina, no Paraná, identificaram prevalência de 13,0% de utilização de anticoncepcionais hormonais. Por sua vez, Barbian *et al*. (2021), ao investigarem 1.740 universitárias de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, verificaram que 52,9% haviam utilizado a contracepção de emergência alguma vez na vida. Embora ambas as pesquisas tenham sido realizadas com estudantes universitárias, os resultados correspondem a métodos contraceptivos distintos e a diferentes formas de mensuração do uso (SOUZA *et al*., 2022; BARBIAN *et al*., 2021).

No estudo de Souza *et al*. (2022), a orientação sexual apresentou associação estatisticamente significativa com a utilização de anticoncepcionais hormonais. As participantes que se declararam heterossexuais apresentaram maior prevalência de uso em comparação às demais, com razão de prevalência de 1,865. Esse resultado indica que as características relacionadas à sexualidade precisam ser consideradas na análise do consumo contraceptivo entre universitárias. Entretanto, a associação identificada não permite concluir que a orientação sexual determine a escolha do método, pois o estudo não estabelece uma relação causal entre essas variáveis (SOUZA *et al*., 2022).

Quanto à contracepção de emergência, Barbian *et al*. (2021) identificaram que mais da metade das universitárias investigadas já havia recorrido ao método. Apesar dessa frequência, somente 11,9% das participantes relataram ter recebido aconselhamento sobre sua utilização. A diferença entre a experiência de uso e o recebimento de orientações profissionais constitui um achado relevante, pois indica que o contato com a contracepção de emergência não necessariamente ocorre acompanhado de informações fornecidas pelos serviços de saúde. O resultado também evidencia a pertinência de investigar as fontes de informação utilizadas pelas estudantes e sua relação com o conhecimento sobre o método (BARBIAN *et al*., 2021).

A frequência de utilização da contracepção de emergência encontrada entre universitárias aproxima-se daquela identificada por Borges *et al*. (2021), que verificaram uso alguma vez na vida em 56,7% das 2.051 mulheres atendidas em unidades básicas de saúde de três capitais brasileiras. A diferença de 3,8 pontos percentuais entre os estudos indica frequências próximas, apesar das características distintas das populações. Entretanto, os resultados não permitem afirmar que a experiência universitária esteja associada a maior utilização da contracepção de emergência, uma vez que o percentual encontrado entre as estudantes foi ligeiramente inferior ao observado entre as usuárias da atenção básica (BARBIAN *et al*., 2021; BORGES *et al*., 2021).

A comparação entre as pesquisas demonstra que a condição de universitária, isoladamente, não explica a utilização dos contraceptivos. Enquanto Souza *et al*. (2022) identificaram associação entre orientação sexual e uso de anticoncepcionais hormonais, Barbian *et al*. (2021) evidenciaram uma frequência expressiva de utilização anterior da contracepção de emergência, acompanhada de baixa proporção de aconselhamento profissional. Esses achados apontam duas dimensões que merecem investigação no ambiente universitário: as características individuais relacionadas à escolha contraceptiva e as condições de acesso a informações sobre os métodos. Para a Biomedicina, a análise desses indicadores contribui para compreender os padrões de consumo de contraceptivos entre mulheres jovens e identificar questões relevantes para estudos epidemiológicos sobre saúde sexual e reprodutiva (SOUZA *et al*., 2022; BARBIAN *et al*., 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão permitiu identificar que os anticoncepcionais hormonais orais apresentam maior frequência de utilização em comparação aos injetáveis, enquanto a contracepção de emergência foi relatada por mais da metade das participantes nos estudos que investigaram seu uso alguma vez na vida. Os resultados demonstram que a utilização desses métodos apresenta diferenças conforme a população investigada, a região e as características sociodemográficas das mulheres.

Entre os fatores associados ao uso dos contraceptivos, destacaram-se as condições socioeconômicas, a atividade remunerada e características individuais das participantes. A participação expressiva das farmácias privadas na obtenção dos anticoncepcionais também merece atenção, pois evidencia a necessidade de investigar em que medida a disponibilidade dos métodos na rede pública corresponde às necessidades da população feminina.

Considera-se particularmente relevante o fato de que o uso de anticoncepcionais hormonais nem sempre é acompanhado de avaliação clínica adequada, conforme evidenciado pela identificação de contraindicações entre usuárias de contraceptivos orais. Esse achado ressalta a necessidade de ampliar o acesso a informações confiáveis e de considerar as condições individuais de saúde na escolha do método contraceptivo, de modo a favorecer seu uso seguro e consciente, com orientações apropriadas sobre eficácia, contraindicações e possíveis riscos.

Cabe reconhecer que as diferenças metodológicas entre os estudos, especialmente quanto às populações, aos períodos de coleta e às formas de mensuração do uso, limitaram a comparação direta das prevalências. Ainda assim, os achados oferecem subsídios para a compreensão epidemiológica do consumo de contraceptivos no Brasil. Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para a ampliação do conhecimento científico sobre a utilização dos anticoncepcionais

hormonais e da contracepção de emergência, reunindo informações e evidências científicas que possam auxiliar outros pesquisadores na elaboração de novas pesquisas e no desenvolvimento de estudos futuros sobre o tema. Considerando a relevância da saúde sexual e reprodutiva feminina, espera-se que este trabalho sirva como fonte de consulta e contribua para novas investigações, discussões e avanços científicos na área da saúde, especialmente no campo da Biomedicina.

REFERÊNCIAS

BARBIAN, J. et al. Anticoncepção de emergência em universitárias: prevalência de uso e falhas no conhecimento. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, art. 74, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003076. Acesso em: 07 out. 2026.

BORGES, A. L. V. et al. Uso da anticoncepção de emergência entre mulheres usuárias de Unidades Básicas de Saúde em três capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, supl. 2, p. 3671-3682, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.32772019. Acesso em: 08 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 01 out. 2026

CORRÊA, D. A. S. et al. Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, art. 1, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006113. Acesso em: 08 out. 2026.

COUTO, P. L. S. et al. Uso de anticoncepcionais hormonais por prostitutas: correlação com marcadores de vulnerabilidade social. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 5, p. 507-513, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0194201900071. Acesso em: 08 out. 2026.

CURTIS, K. M. et al. U.S. selected practice recommendations for contraceptive use, 2024. **MMWR Recommendations and Reports**, v. 73, n. 3, p. 1-77, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.15585/mmwr.rr7303a1. Acesso em: 08 out. 2026.

FARIAS, M. R. et al. Utilização e acesso a contraceptivos orais e injetáveis no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, supl. 2, art. 14s, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006176. Acesso em: 07 out. 2026.

GONÇALVES, T. R. et al. Desigualdades sociais no uso de contraceptivos em mulheres adultas no Sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, art. 28, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000861. Acesso em: 08 out. 2026.

NGUYEN, A. T. et al. U.S. medical eligibility criteria for contraceptive use, 2024. **MMWR Recommendations and Reports**, v. 73, n. 4, p. 1-126, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.15585/mmwr.rr7304a1. Acesso em: 08 out. 2026.

SANTOS, D. C. J.; ROHWEDER, M.; TAKENAMI, I. Perfil e fatores associados ao uso de anticoncepcionais orais combinados em mulheres férteis atendidas em um centro de planejamento familiar. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 9, n. 1, p. 1-6, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v9i1.3718.p1-6.2021. Acesso em: 01 out. 2026.

SILVA, Â. W. P.; CAVALCANTI, M. A. F.; NASCIMENTO, E. G. C. O conhecimento e uso de métodos anticoncepcionais por mulheres nordestinas. **Revista de APS**, v. 23, n. 3, p. 541-558, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34019/1809-8363.2020.v23.15837. Acesso em: 08 out. 2026.

SOUZA, G. S. et al. Consumo de anticoncepcionais e fatores associados entre estudantes universitários. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 43, n. 1, p. 39-50, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1679-0367.2022v43n1p39. Acesso em: 16 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Emergency contraception**. Geneva: World Health Organization, 9 nov. 2021. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/emergency-contraception. Acesso em: 16 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Family planning/contraception methods**. Geneva: World Health Organization, 3 jul. 2025. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/family-planning-contraception. Acesso em: 16 out. 2026.